

## ANEXO

*Exercício de 2018*

**1. Identificação da entidade:**

**1.1 – Designação da entidade:** **Associação Para o Ensino Profissional  
em Transportes e Logística**

**1.2 – Sede:** Rua Carolina Michaelis de Vasconcelos s/n  
2670-526 Loures

**1.3 – NIPC:** 504 654 373

**1.4 – Natureza da atividade:** Associação sem fins lucrativos para a promoção  
Do ensino profissional

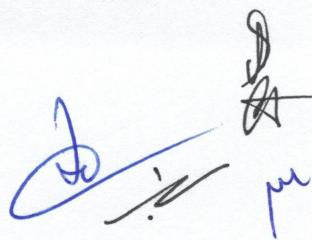
As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Entidade ou respeitam a factos ou situações  
não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2018.

**2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:**

**2.1 – Referencial contabilístico utilizado:**

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma  
Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-  
ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março e Dec. Lei 98/2015 de 2  
de Junho.



O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março; e portaria 220/2015
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março e Portaria 218/2015
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março e aviso 8259/2015

2.2 – Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras:

Não foram derrogadas quaisquer disposições do ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

2.4 – Adopção pela primeira vez das NCRF-ESNL – divulgação transitória:

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2011, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano Oficial de Contas) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011.

Salientamos que as demonstrações financeiras do ano de 2011 foram as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com as NCRF-ESNL.

### **3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).



Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas Devedores e credores por acréscimos e Diferimentos.

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

*(Assinatura)*

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

### 3.2 – Políticas de reconhecimento e mensuração

#### Ativos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquido das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens

#### Associados

As quotas, e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

#### Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

#### Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

#### Fundos patrimoniais

A rubrica Fundos constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os Fundos Patrimoniais são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;

*[Handwritten signatures and initials]*

### Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

### Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advêm de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influ

### Estado e outros entes públicos

As entidades do setor não lucrativo, não isentas de IRC, estão sujeitas a uma taxa de 21% aplicada ao rendimento coletável, às tributações autónomas e desde que não exerçam a título principal uma atividade comercial ou industrial não estão sujeitas a derrama municipal.

## **5. Activos fixos tangíveis:**

5.1 – Divulgações por cada classe de ativos fixos tangíveis:

### **Exercício de 2018**

Movimentos	2018						Total
	Rubricas						
Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento Administrativo	Equipamento Informático	Equipamentos Diversos		
Saldo inicial:							
Valor de aquisição	3 290 000,00	1 081 783,50	68 378,34	51 172,09	136 078,12	45 659,96	4 673 072,01
Depreciação acumulada	0,00	238 347,68	60 111,33	50 271,57	135 873,59	44 814,09	529 418,26
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Valor líquido inicial</b>	<b>3 290 000,00</b>	<b>843 435,82</b>	<b>8 267,01</b>	<b>900,52</b>	<b>204,53</b>	<b>845,87</b>	<b>4 143 653,75</b>
Movimentos do ano:							
Aquisições	0,00	0,00	2 263,20	1 115,86	2 933,83	1 608,08	7 920,97
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	0,00	22 327,99	860,62	676,39	1 440,27	1 488,43	26 793,70
Imparidade do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total de movimentos</b>	<b>0,00</b>	<b>22 327,99</b>	<b>3 123,82</b>	<b>1 792,25</b>	<b>4 374,10</b>	<b>3 096,51</b>	<b>34 714,67</b>
Saldo final:							
Valor de aquisição	3 290 000,00	1 081 783,50	70 641,54	52 287,95	139 011,95	47 268,04	4 680 992,98
Depreciação acumulada	0,00	260 675,67	60 971,95	50 947,96	137 313,86	46 302,52	556 211,96
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Valor líquido final</b>	<b>3 290 000,00</b>	<b>821 107,83</b>	<b>9 669,59</b>	<b>1 339,99</b>	<b>1 698,09</b>	<b>965,52</b>	<b>4 124 781,02</b>

Exercício de 2017

Movimentos	2017						Total
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Equipamento informático	Equipamentos Diversos	
Saldo inicial:							
Valor de aquisição	3 290 000,00	1 081 230,00	63 718,34	49 794,49	135 928,12	45 659,96	4 666 330,91
Depreciação acumulada		216 246,00	57 820,83	49 794,49	135 796,35	43 303,26	502 960,93
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	<b>3 290 000,00</b>	<b>864 984,00</b>	<b>5 897,51</b>	<b>0,00</b>	<b>131,77</b>	<b>2 356,70</b>	<b>4 163 369,98</b>
Movimentos do ano:							
Aquisições	0,00	553,50	4 660,00	1 377,60	150,00	0,00	6 741,10
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício							
Imparidade do exercício	0,00	22 101,68	2 290,50	477,08	77,24	1 510,83	26 457,33
Total de movimentos	<b>0,00</b>	<b>22 655,18</b>	<b>6 950,50</b>	<b>1 854,68</b>	<b>227,24</b>	<b>1 510,83</b>	<b>33 198,43</b>
Saldo final:							
Valor de aquisição	3 290 000,00	1 081 783,50	68 378,34	51 172,09	136 078,12	45 659,96	4 673 072,01
Depreciação acumulada	0,00	238 347,68	60 111,33	50 271,57	135 873,59	44 814,09	529 418,26
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	<b>3 290 000,00</b>	<b>843 435,82</b>	<b>8 267,01</b>	<b>900,52</b>	<b>204,53</b>	<b>845,87</b>	<b>4 143 653,75</b>

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Os terrenos e edifício estão onerados com hipoteca a garantir passivos financeiros bancários.

5.3 – Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período:

A depreciação reconhecida no ano é de 26.793,70 €

5.4 – Valor e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural:

Não existem bens desta natureza.

**6. Investimentos Financeiros:**

Natureza	2018	2017
Fundo de garantia e compensação dos trabalhadores	3 281,44	1 529,01
Títulos de capital na CCAM de Loures	1 000,00	1 000,00
Total	<b>4 281,44</b>	<b>2 529,01</b>

**7. Clientes, Fundadores e outras contas a receber:**

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

*[Handwritten signatures]*

O detalhe de clientes, fundadores e das outras contas a receber apresenta-se como segue:

Descrição	2018	2017
<b>Clientes:</b>		
Clientes conta corrente	618,44	0,00
<b>Total</b>	<b>618,44</b>	<b>0,00</b>
<b>Fundadores:</b>		
Fundos subscritos pela CML	600 000,00	600 000,00
<b>Total</b>	<b>600 000,00</b>	<b>600 000,00</b>
<b>Outras contas a receber:</b>		
Ministério da Educação (Ensino Profissional)	452 925,81	404 947,00
Vector Erasmus +	21 173,42	37 251,00
ERASMUS Vetmo4TL	19 634,40	0,00
CEF Basico	64 371,73	105 713,80
CLDS 3G	57 487,56	61 731,53
Estágios profissionais	0,00	6 225,57
Medida Prémio Emprego	1 248,36	0,00
Centro Qualifica 2017/18	10 534,41	0,00
Centro Qualifica 2018/20	26 928,45	0,00
Outros devedores	7 050,54	11 443,37
<b>Total</b>	<b>661 354,68</b>	<b>627 312,27</b>

#### **8.Caixa e Depósitos Bancários:**

8.1 – Comentário dos Órgãos Sociais sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

**8.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:**

Descrição	2018	2017
Numerário em Caixa	212,86	95,05
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	29 919,42	623,08
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>30 132,28</b>	<b>718,13</b>
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	0,00	0,00
<b>Saldos credores de depósitos evidenciados no passivo</b>	<b>30 132,28</b>	<b>718,13</b>
	0,00	0,00

**9. Fundos Patrimoniais:**

A variação ocorrida, nos anos de 2017 e 2018, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações nos Fundos Próprios.

**10. Fornecedores e outras contas a pagar:**

10.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

10.2 - Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

**O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como segue:**

Natureza	2018	2017
<b>Fornecedores Nacionais:</b>		
Fornecedores conta corrente	24 240,93	44 124,69
<b>Total</b>	<b>24 240,93</b>	<b>44 124,69</b>

**As outras contas a pagar apresentam-se como segue:**

Natureza	2018	2017
<b>Outras Contas a Pagar</b>		
<b>De Médio e Longo Prazo:</b>		
Câmara Municipal de Loures	3 290 000,00	3 290 000,00
<b>Total</b>	<b>3 290 000,00</b>	<b>3 290 000,00</b>
<b>De Curto Prazo:</b>		
Remunerações a pagar (encargos com férias)	74 547,59	60 224,77
Subsídios e bolsas a alunos	9 234,96	9 459,16
Auxílios sociais e económicos a alunos	755,94	5 790,08
Cauções de alunos	793,80	698,80
Outras cauções	0,00	30,00
Indemnizações a pagar	6 898,19	23 479,13
José Bourbon	127 095,49	148 717,49
Outros	1 538,46	3 783,26
<b>Total</b>	<b>220 864,43</b>	<b>252 182,69</b>

### **11. Estado e outros entes públicos:**

A rubrica do Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	2018		2017	
	Activo corrente	Passivo corrente	Activo corrente	Passivo corrente
Imposto sobre o rendimento	0,00	4 142,25	0,00	3 048,73
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	6 006,01	0,00	3 750,76
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	173,57	0,00	187,42
Contribuições para a Segurança Social	0,00	11 659,07	0,00	23 835,25
Plano Prestacional Seg Social (a)	0,00	5 476,94	0,00	8 955,62
Outras tributações	0,00	237,70	0,00	401,03
Total	<b>0,00</b>	<b>27 695,54</b>	<b>0,00</b>	<b>40 178,81</b>

- (a) Em 31/12/2018 existia uma dívida à seg social no Valor de 5.476,94€, regularizada com plano prestacional que está a ser integralmente cumprido.

### **12 Financiamentos Obtidos**

#### De Médio e Longo Prazo

Natureza	2018		2017	
Santander Totta (antigo Banif)		191 892,00		198 543,89
Santander Totta		0,00		16 140,56
Caixa Crédito Agrícola de Loures		28 365,67		39 990,00
Total	<b>220 257,67</b>		<b>254 674,45</b>	

#### De Curto Prazo

Natureza	2018	2017
Santander Totta (antigo Banif)	6 000,00	6 000,00
Santander Totta	14 385,40	12 894,00
Caixa Crédito Agrícola de Loures	11 300,00	11 040,00
Millénium BCP	102 987,94	0,00
<b>Total</b>	<b>134 673,34</b>	<b>29 934,00</b>

### **13 Diferimentos:**

Natureza	2018	2017
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Ministério da Educação:		
Ens. Prof - Candidatura 2015/2018	0,00	105 310,64
Ens. Prof - Candidatura 2016/2019	147 085,21	152 151,96
Ens. Prof - Candidatura 2017/2020	156 027,84	150 213,96
Ens. Prof - Candidatura 2018/2021	152 151,96	0,00
Vector Erasmus	0,00	30 542,32
Erasmus VETMO4TL	17 452,72	0,00
CEF Básico 2018/2019	35 237,93	0,00
CEF Básico OPL+AC 2017/2018	0,00	35 237,93
Ministério de trabalho e Solidariedade:		
CLDS 3G	22 528,85	50 001,29
Subsídio do IEFP	605,12	4 560,40
<b>Total</b>	<b>531 089,63</b>	<b>528 018,50</b>

### **RÉDITO:**

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do crédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços.

O crédito comprehende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

**14 Quantia de cada categoria significativa de crédito reconhecida durante o período incluindo o crédito proveniente de:**

Natureza	2018	2017
<b>Vendas e Serviços Prestados:</b>		
Serviços Prestados:		
Inscrições	570,00	585,00
Matrículas	2 440,00	2 385,00
Formação Modular		0,00
Taxes de recuperação de módulos	375,00	736,01
Certificados de PAP e outros	25,00	305,00
Manuais escolares	2 547,50	367,78
Reprografia e apoio informático	48,70	103,74
Cedência de espaço	2 891,59	2 442,79
Seguro escolar	388,37	389,63
Visitas de estudo	909,00	1 147,50
Outros	391,40	398,40
<b>Total de prestações de serviços</b>	<b>10 586,56</b>	<b>8 860,85</b>
<b>Outros rendimentos e ganhos:</b>		
Correções exercícios anteriores	1 781,73	2 243,13
Excesso de estimativa de impostos	51,85	0,00
Imputação de subsídios ao investimento	15 778,02	15 266,76
Donativos	0,00	250,00
Indemnização por falta de aviso prévio	0,00	6 706,02
Outros	87,61	320,44
<b>Total de Outros Rend e ganhos</b>	<b>17 699,21</b>	<b>24 786,35</b>

**15 -Subsídios, doações e legados à exploração:**

15.1 — Política contabilística adoptada para os subsídios das Entidades Públicas, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios das Entidades Públicas são reconhecidos após existir segurança de que a Entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.  
Em termos de contabilização:

*(Handwritten signatures)*

Os subsídios das Entidades Públicas relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Os subsídios do Governo e outros Entes Públicos relacionados com activos são inicialmente contabilizados nos Fundos patrimoniais e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do activo caso sejam activos depreciáveis ou amortizáveis, ou, mantidos nos Fundos patrimoniais, caso esses activos não sejam depreciáveis ou não amortizáveis.

- a. — Natureza e extensão dos subsídios das Entidades Públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

**Os rendimentos provenientes dos Subsídios decompõem-se da seguinte forma:**

Descrição	2018	2017
Subsídios das Entidades Públicas:		
Ministério da Educação:		
Cursos do Ensino Profissional	641 123,56	508 041,96
Cursos do Ensino Vocacional	0,00	36 330,45
Cursos de CEF Básico	52 856,89	53 809,17
Centro Qualifica	69 777,00	0,00
Ministério da Solidariedade e Seg Social:		
IEFP de Loures	1 056,30	7 202,45
CLDS 3G	27 472,44	27 472,44
Câmara Municipal de Loures	60 400,00	60 000,00
Erasmus	16 646,42	21 765,64
Clube Robótica	0,00	225,00
Total	<b>869 332,61</b>	<b>714 847,11</b>

- b. — Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Governo que foram reconhecidas.

Não aplicável

## **16 Fornecimentos e serviços externos:**

**Os fornecimentos e serviços externos decompõem-se da seguinte forma, por ordem de grandeza:**

Natureza	2018	2017
Trabalhos especializados	7496,14	7163,14
Publicidade e propaganda	1 366,61	1 086,58
Vigilância e segurança	1 354,24	478,57
Honorários de Pessoal Docente	78 451,98	36 007,18
Honorários de Pessoal Não Docente	60 336,28	44 578,52
Conservação e reparação	805,22	939,62
Serviços Bancários	8 461,13	4 795,11
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	1 190,66	1 533,65
Livros e documentação técnica	3 284,55	1 808,74
Material de escritório	5 604,19	5 300,34
Electricidade	14 712,25	9 632,49
Água	1 878,15	1 373,00
Deslocações e estadas e transportes	7 469,04	3 637,81
Rendas e alugueres	1 343,16	1 343,16
Comunicação	4 851,83	4 765,27
Seguros	1 142,50	1 108,08
Contencioso e notariado	300,20	324,12
Limpeza Higiene saúde e conforto	11 353,77	10 014,94
Outros fornecimentos de serviços	2 199,86	1 084,22
<b>Total</b>	<b>213 601,76</b>	<b>136 974,54</b>

### **17 Gastos com pessoal:**

Os gastos com pessoal decompõem-se da seguinte forma:

Natureza	2018	2017
Remunerações:		
De coordenadores/dirigentes	35 764,42	35 760,09
De Pessoal Docente	234 340,30	250 256,89
De Pessoal não docente	195 735,44	135 424,23
Encargos sobre remunerações para s. social	96 039,53	87 531,77
Seguro de acidentes de trabalho	1 708,90	2 779,83
Outros gastos com pessoal:		
Indemnizações por cessação de contrato	0,00	2 756,70
Outros	25,00	1 695,69
<b>Total</b>	<b>563 613,59</b>	<b>516 205,20</b>

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade foi de 30

### **19 Outros gastos e perdas**

Os outros gastos e perdas decompõem-se da seguinte forma:

Natureza	2018	2017
Outros gastos e perdas:		
Correções relativas a períodos anteriores	6 136,31	0,00
Donativos	1,00	115,00
Quotizações	900,00	900,00
Multas e outras penalidades	466,17	244,98
Gastos com formandos		
Subsídios de alimentação e transporte	1 999,65	9,90
Seguro escolar	899,00	0,00
Seguro de acid pessoais (C. Qualifica)	3 890,90	0,00
Seguro de acid pessoais (alunos CEF'S)	474,79	0,00
Outros	25,00	0,00
Outros Gastos e perdas	236,17	42,30
<b>Total de outros gastos e perdas</b>	<b>15 028,99</b>	<b>1 312,18</b>

**20 Juros e Gastos Similares Suportados:**

Natureza	2018	2017
Juros de financiamentos obtidos:		
De empréstimos bancários	17 315,37	19 344,71
De outros empréstimos	4 672,29	1 698,59
Outros juros (mora)	1 380,04	2 259,74
<b>Total</b>	<b>23 367,70</b>	<b>23 303,04</b>

**21 Impostos sobre o Rendimento:**

Natureza	2018	2017
Imposto sobre rendimento pessoas coletivas	3 981,30	2 945,05
Tributações autónomas	160,95	103,68
<b>Total</b>	<b>4 142,25</b>	<b>3 048,73</b>

**21 Acontecimentos após a data do balanço:**

21.1 — Autorização para emissão:

- a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

PC

A Direcção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório da Direcção.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Os associados detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

21.2 — Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

O Contabilista Certificado,  
(Inscrito na OCC com o nº 24324)

*Luís Pataz*

A Direcção,

*J. Cunha Lopes  
M. B. Ribeiro*